

## IMPrensa, RÁDIO, E CINEMA NO NORDESTE

Prof. Msc. Claudio Jorge Gomes Morais<sup>1</sup>

**Resumo:** O Estado Novo (1937-1945) brasileiro, que encontrou no cinema educativo, ou seja, nessa técnica, um instrumento de estratégia política que articulou a reforma da sociedade, através do ensino. Destacamos o Estado de Pernambuco, por ser o mais rigoroso em assumir a política do governo central, sob a interventoria de Agamenon Magalhães.

Palavras-chave: História. Cinema. Comunicação de Massa.

**Abstract:** The brazilian Estado Novo (1937-1945) is analysed, because in this moment the movie pedagogy was an instrument of political strategy that projected reform in the society through of teaching. The State of Pernambuco is underlined, because of the fact that it was more exemplary for having a central political government in which Agamenon Magalhães was intervener.

Keywords: History. Movie. Mass Media.

### Introdução

O ano de 1937 foi o começo de uma articulação política, que resultou em um golpe que dava a Getúlio Vargas o poder de continuar exercendo o governo no Brasil. O golpe não representou uma novidade no panorama político brasileiro, mas instituiu o Estado Novo.

No desenrolar dos acontecimentos políticos, as divergências predominaram durante a campanha presidencial de 1937. Dos partidos políticos, o Integralismo era o que tinha mais respaldo ideológico, já que o Partido Comunista vinha sendo constantemente perseguido. No entanto, o principal destaque da disputa política ficou entre Armando Salles, de São Paulo, e José Américo de Almeida, pertencente à situação. Diante desse teatro eleitoral, Getúlio Vargas, apenas, arquitetava a sua permanência à frente da presidência da nação. “Indiferente” à campanha de sucessão,

---

<sup>1</sup> Mestre pela Universidade Federal de Pernambuco. Docente do Centro Universitário Cesmac. Contato pelo e-mail: [cjgmorais@gmail.com](mailto:cjgmorais@gmail.com)

ele articulava o golpe que poderia levá-lo à prorrogação do seu mandato, muito embora o pensamento de uma provável tomada do poder já tivesse sido idealizada desde a revolta comunista de 1935. Assim, essa ideia estava bastante viva e, por sua vez, o silêncio de Vargas diante do processo da campanha presidencial era demasiadamente sintomático, ainda mais quando dos seus movimentos, feitos no primeiro semestre de 1937.

Para consolidar o golpe, Vargas precisou anular as forças contrárias à sua convicção política e partir para agregar, cada vez mais, os seus ideólogos na construção do Estado Novo, como foi o caso de Gustavo Capanema, Benedito Valadares, Marcos Filho, Simões Lopes, Salgado Filho, Francisco Campos, Agamenon Magalhães e Góes Monteiro. Francisco Campos teve uma participação de destaque no governo, ao elaborar a Constituição do golpe:

O significado dessa expressão em relação a Constituição não consegue configurar o ambiente que favoreceu o golpe, principalmente, por parte da população que, mais uma vez, como aconteceu na transição do Império para a República, ficar bestializada diante a troca ou a permanência no poder. Somando tudo isso aos setores que durante a Revolução de 1930 não foram atendidos, pelo fato de que as tradicionais oligarquias continuavam com poder, acreditavam na possibilidade de encontrarem um espaço a partir do golpe. O Estado Novo poderia ser uma forma ou um instrumento de alguns setores para consolidar definitivamente o seu poder na sociedade.

Mudar em todos os sentidos e ainda mais a partir da centralização do poder, pois, o que Vargas, realmente, pretendia era muito mais do que mudar: era dar ao Brasil uma face, a qual, segundo ele, até então, não possuía. Será o nacionalismo que tomará força em seu governo, em uma política imagética de extrema centralização em todas as esferas da vida da população.

### **Panorama da ideologia estadonovista**

Alemanha e a Itália foram os dois países que inspiraram o fazer político do governo de Vargas, muito embora não possamos fazer uma simples relação do governo estadonovista brasileiro com o governo nazista alemão, uma vez que ambos os regimes

possuíam estruturas distintas, mas, características semelhantes. Enquanto uma filosofia e um movimento que dessem uma estrutura semelhante ao nazismo, o Estado Novo não tinha como ser analisado dessa forma. É o que observa Skidmore (1996, p. 53):

É importante compreender que, ao contrário dos mentores europeus em matéria de fascismo, Vargas não organizou nenhum movimento político para nela basear seu regime autocrático. Não havia partido de Vargas, movimento do Estado Novo, nem quadros governamentais na sociedade brasileira. (...) Os comunistas e radicais de esquerda sofreram a repressão mais brutal. Os integralistas desapareceram, devido a pressão, em parte, porque a lógica do seu autoritarismo era minada pela forma de ditadura mais brasileira, de Vargas.

Em um sentido contrário, ou a partir das semelhanças entre os dois regimes, podemos estabelecer uma linha comum entre esses governos, o que acaba contrariando o que Skidmore (1996) tenta justificar. Assim, no tocante à influência entre a ideologia nazi-fascista europeia e a estadonovista brasileira, encontramos algumas lacunas que permitem uma tentativa de aproximação, pelo menos, no que se refere à sistematização do poder, ou mesmo à compreensão que esses dois regimes tinham em relação à propaganda e ao cinema como meios fundamentais para a realização de suas políticas, tanto na forma de expressão do poder, como para implementar uma formação nacional.

Os regimes europeus, mais especificamente o alemão, mantinham uma forte relação com o desenvolvimento e a difusão da propaganda, encontrando na figura de Joseph Goebbels o principal articulador da propaganda de Adolf Hitler. Os meios de comunicação de massa possuíam uma função de extrema importância para a efetivação do regime nazista alemão. Eksteins (1991, p. 408) afirma que:

O rádio e o cinema desempenharam papel indispensável na consolidação do Terceiro Reich. A compra de aparelhos de rádio, ou “receptores do povo” (Volksempfänger), como eram chamados, era subsidiada pelo Reich. A produção cinematográfica foi centralizada e encorajada. Hitler era um espectador ávido, preferindo, como diversão, os filmes à literatura.

O mesmo tratamento dado aos meios de comunicação de massa na Alemanha foi dispensado, no Brasil, durante o Estado Novo. Getúlio Vargas, entusiasmadamente,

profere vários discursos em prol do cinema e a possibilidade que esse meio oferecia ao seu governo de criar um novo modelo de nação. Da mesma forma, o Estado, por muitas vezes, financiou a produção cinematográfica durante o Estado Novo, pois, para este, o cinema era uma emergência estadonovista como foi para o Terceiro Reich.

Em Pernambuco, durante a intervenção de Agamenon Magalhães, sob a presidência de Vargas, a imprensa foi, também, uma questão de emergência na política desempenhada por Agamenon: *“A Folha da Manhã surgiu sob o signo do novo Estado brasileiro. É ela no Nordeste o órgão de propaganda, de entusiasmo e doutrina, trazendo acesa nas suas colunas editoriais a flama dos princípios que orientam a ação renovada do Estado<sup>1</sup>”*.

Os meios de comunicação de massa no regime do Estado Novo possuíam um caráter doutrinador e formador, pois, os governantes não dispensavam a utilização desses meios para a construção de uma mentalidade estadonovista, na tentativa de inserir o Brasil na tão sonhada modernidade. Mais uma vez, Agamenon, no artigo enviado à Folha da Manhã, aponta para a importância da imprensa para o regime:

A imprensa exerce uma função de caráter público; nenhum jornal pode recusar a inserção de comunicados do governo, nas dimensões taxadas em lei. (...) A imprensa na estrutura do novo regime é um órgão do Estado, e o seu exercício será regulado por lei especial dentro dos dispositivos constitucionais<sup>2</sup>.

Impressionado com o poder da imprensa, Agamenon escreve no seu artigo, de forma entusiasmada, o seguinte comentário:

A imprensa e o rádio são hoje os poderosos motores da opinião. Em segundos a opinião pode ser esclarecida, modificando o seu julgamento sobre determinado fato, com igual tempo, pode ser exaltada assumindo atitudes de revolta e condenação injusta<sup>3</sup>.

É bastante sintomática a preocupação desses regimes autoritários em dispensarem uma maior preocupação aos meios de comunicação de massa. Já eram bastante evidentes o poder do cinema e da propaganda, como instrumentos de conformação social; no caso do Brasil, foi, também, levado em consideração, pelo Estado Novo, o poder educativo que as imagens possuíam.

### **Agamenon e a consolidação da pedagogia imagética estadonovista**

O século XX foi o período da intensificação de uma das maiores invenções tecnológicas da modernidade: a comunicação. Com esse advento, o planeta sofreu uma diminuição em relação à sua distância. Os seres humanos ficaram mais próximos uns dos outros por uma malha de comunicação. No entanto, não podemos determinar o advento da comunicação ao século em questão, pois, desde a antiguidade, os reis usavam a cultura como forma de confirmar as suas ações. Os governos perceberam que a utilização dos meios de comunicação, ou melhor, o da propaganda poderia substituir a força bruta pela arte do convencimento.

Pensar em propaganda é, ao mesmo tempo, necessitar de um grande público: as massas. Já era impossível ignorá-las diante do seu respaldo na sociedade. Uma das principais preocupações estava na tentativa de torná-las um corpo unificado, para, em seguida, cooptá-las a uma perspectiva de consumo para os artigos culturais. Mas, não era, apenas, produzir os bens culturais para as massas; era preciso, também, educá-las, para receberem esses artigos:

Essa cultura irá traduzir-se em uma imprensa popular, caracterizada pelos folhetins – novelas editadas em capítulos, uma das mais importantes vertentes culturais do romantismo –, fortemente lastreada pela imprensa rotativa, que possibilitara a produção barata de muitos exemplares. Será posteriormente, uma cultura áudio-visual, com o rádio e o cinema, atingindo populações inteiras quase instantaneamente<sup>4</sup>.

Em Pernambuco, no governo de Agamenon Magalhães, a imprensa, o rádio e o cinema, além de promoverem uma cultura áudio-visual, também, foram utilizados como meios pedagógicos na instituição de um imaginário estadonovista. Para isso, nas entrelinhas do governo de Agamenon, é erigido um projeto pedagógico imagético que, por sua vez, tem validade a partir da construção de uma rede de comunicação (censura), para efetivar o sucesso do Estado Novo.

### A agência do “dip” em Pernambuco

O governo de Agamenon possuía, como um dos principais instrumentos de censura, uma das agências do DIP, que tinha como objetivo fundamental centralizar e coordenar toda a propaganda nacional e atingia campos como a imprensa, divulgação, radiodifusão, teatro, cinema e turismo, tendo sendo criado durante o ano de 1938. Assim, havia em Pernambuco o DEIP – Departamento de Imprensa e Propaganda de Pernambuco – que seria o representante máximo do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda – no nível federal. Essa relação caracterizava o modelo dos governos fortes, ou seja, os Estados sendo a expressão do poder central, reproduzindo as suas respectivas medidas. Uma das funções do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda está bastante evidenciada em um dos relatórios anuais apresentados ao governo, contendo as seguintes informações:

Sob a orientação esclarecida e patriótica do Exmo. Senhor interventor Agamenon Magalhães, a ação do DEIP sempre se faz sentir com o alto objetivo de assegurar, por meio de propaganda e doutrinação a obra que o Estado Nacional vem pondo em prática e que tanto se salienta pela unidade que trouxe à vida brasileira. Por outro lado, o desenvolvimento do estado, sua recuperação econômica e social, o progresso que vem acusando em todos os setores, a estabilidade, em suma, de sua vida graças à política realista do atual governo. Tudo isso foi objeto, no ano que findou, do nosso maior interesse consubstanciado numa propaganda tanto quanto possível intensiva que este Departamento levou a efeito dentro e fora do Estado<sup>5</sup>.

O projeto ideológico estadonovista possuía, também, uma dimensão pedagógica imagética que, a todo custo, teria que ser implantado pelo Estado Novo, na tentativa de cooptar o apoio popular. Mas, para isso, o uso dos meios de comunicação de massas obteve função importante na difusão de uma formação pretendida pelo governo. Pandolfi (1984, p. 51) afirma que: *“No projeto ideológico estadonovista, cujo objetivo principal era conseguir uma alta legitimidade através de uma ampla doutrinação política, os meios de comunicação, principalmente a imprensa, tiveram uma função bastante importante”*.

O esforço do Estado Novo em promover uma formação nacional é bastante evidente no próprio discurso de Agamenon. O interventor compreende a necessidade da

doutrinação que, paralelamente, está inserida em uma perspectiva educativa e relacionada com o uso dos meios de comunicação de massas na formação ou doutrinação. Percebe-se que a sua prática pedagógica consiste, sobretudo, em arquitetar um projeto imagético pedagógico.

Na montagem desse projeto houve a necessidade de deixar, cada vez mais, os sistemas de comunicação a serviço do Estado Novo, com o poder de formar a opinião pública. Foram, então, instituídos os DEIPS para servirem como agência de censura no Estado e que eram subordinados ao organismo central (a sede ficava no Rio de Janeiro, sob a direção de Lourival Fontes). Arelado ao intervencionismo feito nos meios de comunicação de massas, procuraram dar um novo conceito à imprensa, para justificar, ainda mais, a legitimidade do organismo central. Pandolfi (1984, p. 51) afirma que:

O seu caráter privado deveria ser substituído por uma função pública, e a liberdade de expressão passa a ser vista como prejudicial aos interesses do próprio Estado. Dentro desta concepção, caberia à imprensa desenvolver também uma função legislativa. Ou seja, garantindo uma comunicação direta entre o governo e o conjunto da sociedade, através de constantes consultas e enquetes, a imprensa estaria realizando plenamente a sua vocação legislativa.

A imprensa estava diariamente invadindo o cotidiano da população, passando a ser um instrumento legislativo do governo. No entanto, compreender a versatilidade de Agamenon Magalhães diante dos meios de comunicação e, mais, especificamente, a imprensa é, antes de tudo, compreender que o mesmo era o proprietário de um dos principais jornais em circulação: a Folha da Manhã, fundada em 21 de novembro de 1937. Além de ter, à sua disposição, duas edições diárias, também tinha acesso a Rádio Clube de Pernambuco, onde fazia as leituras dos seus artigos.

A imprensa pernambucana não era, apenas, um instrumento forte a serviço do Estado Novo. A sua importância para o sistema era não só notória como, também, imensurável. Uma prova dessa importância é demonstrada pelo organismo central que apontava para o Estado de Pernambuco como o modelo a ser seguido, segundo constata Pandolf (1984, p. 52), com o seguinte comentário:

Particularmente em Pernambuco, o esquema de propaganda e de divulgação das obras e realizações do Estado Novo estava

muito bem articulado. Segundo a opinião de diversos líderes nacionais, o exemplo daquele estado deveria ser seguido pelos demais. Em várias ocasiões o governo federal parabeniza o governo estadual pelo seu bem sucedido esquema de propaganda política. De fato, para a interventoria pernambucana, esta era uma questão fundamental. O jornalismo fazia parte do programa de governo e Agamenon reservava algumas horas de seu expediente para tratar deste assunto.

Agamenon tentava a todo custo justificar o papel da imprensa em seu governo, nem que para isso ele fizesse uma celebração a favor da imprensa, em busca de sua legitimidade:

Os próprios regimes discricionários não prescindem da cooperação da imprensa, seja, para propagar e sustentar os seus princípios seja, para levar à consciência nacional a certeza de que eles são capazes de realizar uma grande tarefa em correspondência com a sua natureza, seus fins e as suas promessas. Mussolini iniciou a organização fascista, divulgou as suas idéias e fez triunfar na Itália antes de tudo pela imprensa. Foi o seu jornal que lançou as primeiras sementes e foram os jornais simpáticos à doutrina que prepararam o terreno da marcha sobre Roma<sup>6</sup>.

Em um segundo momento, o rádio também seria um dos meios fundamentais de transmissão e difusão da propaganda do Estado Novo. Getúlio Vargas diariamente se preocupava em divulgar o seu programa de governo na já conhecida “A Hora do Brasil”. No ano de 1931, Vargas criava uma programação chamada “A Voz do Brasil”, que tinha o objetivo de, cada vez mais, propagar as idéias do estado nacional. Mas, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, Vargas instituiu “A Hora do Brasil”, que tinha a sua execução obrigatória. Esse programa tinha o seguinte objetivo:

Irradiação de discursos, entrevistas a respeito de atos e iniciativas do governo, descrição de regiões percorridas pela comitiva presidencial, descrição de regiões e cidades, notícias sobre livros surgidos no país, edição de obras de grandes compositores do passado e do presente, principalmente brasileiros, noticiários internacionais, boletins meteorológicos<sup>7</sup>.

Em Pernambuco, as rádios cumpriam as mesmas obrigações nas execuções. O DEIP determinava alguns programas de interesse do governo, que deveriam ser executados conforme a determinação desse Departamento:



Todas as notas doutrinárias e reportagens de interesse do DEIP, enviadas à P.R.A. 8 – Rádio Clube de Pernambuco –, foram devidamente divulgadas, nos programas e horas determinadas. Irradiação de solenidade em ondas largas e curtas, como a partida do fogo simbólico, das comemorações do dia da pátria e outras, bem como emissões locais – foram promovidas pela P.R.A. 8. que, assim, colaborou com o DEIP em sua ação de divulgação<sup>8</sup>.

É a partir dessa configuração que podemos conferir ao Estado Novo uma condição imagética. Rádio, imprensa, cinema e as ruas mostravam, intensamente, imagens do governo em um discurso imagético. Nos cinemas, antes das exhibições, o Estado se encarregava de fazer a sua propaganda, na imprensa pernambucana. Além da doutrinação de Agamenon Magalhães, havia, sempre, nas edições, as imagens do presidente Getúlio Vargas; nas ruas, nas paredes e nos prédios lá estavam as imagens do presidente. Um mundo cercado por imagens, que modelavam e exigiam uma nova forma de pensar e de se comportar na sociedade.

Essa “catequese” insistente evidencia a intencionalidade pedagógica, por parte do governo, em moldar a sociedade dentro do enquadramento estadonovista. O Estado Novo trazia como principal lema o nacionalismo, mas, também, tinha como princípio a extinção do analfabetismo e o acesso à educação, em curto prazo. A propaganda insistente, com o auxílio dos meios de comunicação de massas, buscava convencer a população de que o governo obteria, rapidamente, o objetivo alcançado.

O cinema era o meio mais importante de propaganda depois da imprensa. Se coube ao rádio a função de unificar a nação, o cinema também trazia consigo essa mesma força. Getúlio Vargas nunca teve dúvida do seu potencial e sempre partia em sua defesa, enfatizando a sua capacidade ordenadora que uniria o que se encontrava disperso, possibilitando a comunicação desse imenso território.

No plano nacional, o cinema teve um papel importante dentro da política do Estado, que, ao mesmo tempo, conferia-lhe um caráter educativo. Quando estamos analisando os governos fortes, é muito comum que os Estados representem, ou reproduzem, a política do governo central, muito embora, alguns Estados consigam um determinado destaque no seu desempenho. Foi o caso de Pernambuco, como já

háviamos discutido, que, no período, representou a expressão máxima do Estado Novo, no país.

## **Conclusão**

As correspondências daquele Departamento constataam dois aspectos importantes, que caracterizaram a evidência de projeto pedagógico imagético em Pernambuco. O primeiro consiste na tarefa do DIP de encontrar uma saída satisfatória para a utilização do cinema, e de outros processos técnicos, como meios de difusão e meio educativo. O segundo aspecto foram as correspondências que registraram a circularidade desses filmes por todo o Brasil, com o objetivo único de levar aos confins da nação, além da propaganda do Estado, civilização, modernização e educação, tanto no caráter escolar, com o cinema educativo, como, também, através dos cinemas dos bairros, da imprensa e do rádio, que tinham o papel fundamental na remodelação das cidades, da população, do cotidiano e da própria vida, com o emblema estadonovista. Como podemos observar essa circularidade dos filmes eram mediadas pelo DIP, que, por sua vez, estava diretamente subordinado a Getúlio Vargas, desde 1º de janeiro de 1940, quando ele foi criado e que, também, recebia fortes influências de Francisco Campos, que era pró-nazista. Muito embora a documentação se apresente em pequenos fragmentos, não perdemos o sentido da proposta política de Agamenon Magalhães, que era uma reprodução do sistema forte estadonovista, através dos meios de comunicação de massa, dos quais o cinema possui o significado decisivo como meio educativo, tanto no âmbito federal como no estadual.

## **REFERÊNCIAS**

### **1. Jornais, correspondências e documentos do fundo interventoria**

HEMEROTECA DO ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO

*Folha da Manhã*, III. 1938.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, IV. 1938

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, V. 1939.

\_\_\_\_\_. José Campello. In: *Folha da Manhã*. Artigo. 21/III. 1940.

\_\_\_\_\_. *Folha da Manhã*. VI., 1940

Anexo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. *Fundo Interventoria*. 06/III. 1943.

Anexo da Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. *Fundo Interventoria*. Nº 11. 1944.

\_\_\_\_\_. *Fundo Interventoria*. Nº 58. 1944.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Nº 65. 1944.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Nº 74. 1944.

## 2. Filmografia

*Cidadão Kane* (Citizen Kane). Direção: Orson Welles. Estados Unidos, 1941.

*O Triunfo da Vontade* (Triumph Des Willens). Direção: Leni Riefenstahl. Alemanha, 1935.

## 3. Referências bibliográficas

ALBERTIM, Ronald O. de. Cinemas do Recife na Década de 40. In: **Nascer de Novo: Jornal da Paróquia do Coração Eucarístico de Jesus**, nº 82, setembro/99. Recife: Matriz do Espinheiro, 1999.

ALEGRE, Maria Silva Porto. **Reflexões sobre Iconografia Etnográfica**: Por uma Hermenêutica Visual. In: FELDMAN-BIANCO, Bela & LEITE, Míriam L. Moreira **Desafio da imagem**; fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papyrus, 1998.

ANTONACCI, Maria Antonieta. Trabalho, cultura, educação: Escola Nova e Cinema Educativo nos anos 1920/1930. **Proj. História**. São Paulo, (10), dez., 1993. p. 147-165.

AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura**. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BENJAMIN, Walter & OSBORNE, Peter (Orgs.). **A filosofia de Walter Benjamin: destruição e experiência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BERNARDET, Jean-Claude. **O que é cinema?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

\_\_\_\_\_. **Historiografia Clássica do Cinema Brasileiro**. São Paulo: Annablume, 1995.

BETTON, Gérard. **Estética do Cinema**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

BILHARMINDO, G. **Cem anos de cinema brasileiro**. Uberaba: Instituto Triangulino de Cultura, 1997.

BITTENCOURT, C. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

BRASIL, Umbelino. **O Filme Documentário como Documento da Verdade**. Olho da História. Bahia: UFBA. Disponível em: [www.ufba.br/revistao](http://www.ufba.br/revistao). Acesso em 08 de novembro de 2001.

BUCI-GLUCKMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista.

\_\_\_\_\_. **A Escola dos Annales: a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1991.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

CARONE, Edgar. **A Terceira República (1937-1945)**. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1982. In: **Coleção “Corpo e Alma do Brasil”**.

CARPENTER, Edmund & McLUHAN, Marshall. **Revolução na Comunicação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

CATANI, Denice Bárbara et al. **Docência, memória e gênero: estudos sobre a formação**. São Paulo: Escrituras, 1997.

CAVALCANTI, Zaida Maria Costa. DEC: A Biografia de uma Instituição Cinquentenária. Recife: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, 1986.

CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiros**: discurso e práxis dos seus programas. 3 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 2001.

COELHO, Teixeira. **O que é Indústria Cultural**. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CUNHA, Paulo C. da. **A Incrível Viagem de Eugênio Kress ao coração do Cinema Primitivo**: Imagem, técnica, ideologia. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1995.

DA CUNHA, Célio. **Educação e Autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez, 1981.

DARNTON, Robert. Boemia Literária e Revolução. **O Submundo das Letras no Antigo Regimen** (The Literary Underground of the Old Regime). 1ª reimpressão. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DELEUZE, G. **Cinema**: A imagem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DUARTE, Eduardo. **Sob a luz do projetor imaginário**. Recife: Universitária da UFPE, 2000.

EKSTEIN, Modris. **A sacração da primavera**: a grande guerra e o nascimento da era moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

FABRIS, Annateresa (Org.). **Modernidade e Modernismo no Brasil**. Campinas: Mercado de Letras, 1994.

FAUSTO, Boris. **O Brasil Republicano: Economia e Cultura** (1930-1964). Tomo III. 4º vol. São Paulo: DIFEL, 1984.

FELDMAN-BIANCO, M. M. L. (Org.). **Desafio da imagem**; fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papyrus, 1998.

## Notas:

---

<sup>1</sup> **Folha da Manhã**, Fev-Abril de 1938.

<sup>2</sup> **Folha da Manhã**, Fev-Abril de 1938.

<sup>3</sup> Ibidem.

<sup>4</sup> SOUZA NETO, José Maria Gomes de. **Engenho de Sons, Imagens e Palavras. Ditadura e Propaganda na primeira metade do século XX** Dissertação. Recife: UFPE/CFCH/Mestrado em História, 2000. p. 41.

<sup>5</sup> Fundo de Interventoria nº 74, 1944.

<sup>6</sup> **Folha da Manhã**, 1938.

<sup>7</sup> GARCIA, Nelson J. Comunicação e Autoritarismo: A voz do Brasil. **Revista ESPM**, v.3. n.1. maio de 1996.

<sup>8</sup> Fundo Interventoria, nº74, 1944.